



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão da Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia.

#### REQUERIMENTO Nº , DE 2015 (Da Sra. JANETE CAPIBERIBE)

Requer audiência pública na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA)

Senhor Presidente,

Com amparo ao art. 255, do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a realização de Audiência Pública desta Comissão de Integração Nacional, desenvolvimento Regional e da Amazônia, com os seguintes convidados:

- Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, Sra. Maria Lúcia de Oliveira Falcón;
- Ministra da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR, Sra. Nilma Lino Gomes;
- Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (índios e minorias), Sra. Deborah Duprat;
- Presidente da Associação de Moradores e Produtores da Comunidade Remanescente do Quilombo do Rosa, Sr. Rogério Rafael Bahia Tenório;
- Diretor do Instituto do Meio Ambiente e do Ordenamento Territorial do Estado do Amapá, Sr. Luís Henrique Costa.
- Presidente da Fundação Cultural Zumbi dos Palmares, Sra. Maria Aparecida da Silva Abreu.
- Deputada Estadual Cristina Almeida
- Representante do Governo Federal – Coordenador do Programa Terra Legal no Estado do Amapá, Sr. Luís Guilherme Melo.

#### JUSTIFICAÇÃO



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

A comunidade remanescente do Quilombo do Rosa está situada no município de Macapá, Estado do Amapá, no quilômetro 25 da rodovia BR 156. O processo de reconhecimento da comunidade teria iniciado em 2004. Em 2008, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade de Remanescentes do Quilombo do Rosa foi concluído pelo INCRA. O relatório foi publicado no Diário Oficial da União em 29 de Abril de 2010. A demarcação da área de terras reconhecida como Quilombo do Rosa é a principal reivindicação dos quilombolas.

A história de resistência da comunidade às tentativas de ocupação das suas terras por grileiros vem de longa data.

Neste ano de 2015, lideranças da comunidade procuraram parlamentares da Assembleia Estadual do Amapá, órgãos estaduais e federais e esta parlamentar para denunciar as ameaças que estão sofrendo por parte de grileiros e milícias armadas.

Segundo os relatos dos moradores, são ameaçados por pessoas que se dizem donas das terras que a comunidade quilombola ocupa há mais de um século. As ameaças são verbais, físicas e até com arma de fogo. Houve denúncia de que policiais teriam ido aos cultivos onde os quilombolas trabalham, "chamando-os de vagabundos e ameaçando-os com arma em punho", conforme relatam. Um alegado dono das terras, vindo do Pará, teria apresentado até mesmo um documento falso, que diz ser a titulação pelo Programa Terra Legal. Outro, de posse de uma lista com os nomes dos moradores, teria feito ameaças de morte se eles não desocupassem as terras. O pai de uma líder comunitária teria morrido em decorrência dessa disputa que se desenrola ao longo dos anos, conforme os relatos dos quilombolas.

A comunidade sofre com a desatenção por parte do poder público, sem de transporte de pessoas, dificuldade no transporte de cargas e da sua produção pela ausência de pavimentação e conservação da rodovia de acesso, ausência de financiamentos para sua produção, ausência de atenção à saúde e educação de qualidade.

Além dessas questões, as comunidades enfrentam problemas com outras tentativas de uso inadequado e criminoso da área, como o despejo de rejeitos tóxicos de mineração.

Pelos motivos expostos trago esta situação para debate nesta Comissão com os órgãos estaduais e federais responsáveis pela garantia dos direitos daqueles brasileiros e brasileiras, com o objetivo de saná-las e garantir a imediata demarcação das terras, desintrusão e titulação à comunidade quilombola.

Por isso peço aos colegas parlamentares a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, 03 de Junho de 2015.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Deputada JANETE CAPIBERIBE  
PSB-AP**